

**Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Mato Grosso  
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 39, nº 1 (Jan/Dez) 2023  
ISSN: 2178-7476



**RETORNO DA POPULAÇÃO REASSENTADA DAS ZONAS SEGURAS PARA ZONAS DE RISCO DE  
INUNDAÇÕES**

**RETURN OF RESETTLED POPULATION FROM SAFE AREAS TO FLOOD RISK AREAS**

**Oswaldo Francisco de Carvalho Choé**

Doutorando em Energia e Meio Ambiente, pela Universidade Pedagógica de Maputo, Mestre em Educação/Formação de Formadores pela UP Beira, Pós-graduado e Licenciado em Ciências Militares, Docente no Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza”, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4441-0629>, Email: [hbvavo@gmail.com](mailto:hbvavo@gmail.com)

**Bobone Dualia Chamo**

Doutorando em Energia e Meio Ambiente, pela Universidade Pedagógica de Maputo, Mestre em Relações Internacionais, Negócio, Empreendedorismo e Inovação Internacionais, Mestre em Ciências Militares e Licenciado em Ensino de Física pela Universidade Pedagógica, Docente no Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza”, <https://orcid.org/0009-0008-4278-2107>, Email: [bobonedualia@gmail.com](mailto:bobonedualia@gmail.com)

**João Francisco de Carvalho Choé**

Doutorando em Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica de Maputo, Mestre em Educação/Psicologia Educacional pela Universidade Licungo, Licenciado em Psicologia Escolar pela Universidade Licungo, Docente da Universidade Púnguè - Moçambique. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8497-9794> Email: [jcarvalhochoe@gmail.com](mailto:jcarvalhochoe@gmail.com)

**Resumo**

A presente pesquisa versa sobre o Retorno da População Reassentada das Zonas Seguras para Zonas de Risco de inundações: Caso do Posto Administrativo do Baixo Licungo – Nante, Maganja da Costa, cujo objetivo central é compreender as causas que levam o retorno da população, das zonas seguras para as zonas de risco de inundações. O estudo justifica-se pelo fato do tema ter suscitado debates a nível mundial em torno do retorno da população reassentada das zonas seguras para as zonas de risco de inundações relativo as razões que levam a população reassentada às zonas de riscos em contextos reais e críticos de ocorrência dos fenômenos naturais. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, através de um estudo de caso, fazendo o uso do método indutivo e as técnicas de entrevista, questionário, observação e pesquisa bibliográfica. Em suma, o estudo apresentou as seguintes conclusões: (i) na maioria dos casos os processos de evacuação e reassentamento não são bem-sucedidos devido a falta de condições básicas nos locais de reassentamento, faltam infraestruturas como fontes de água, eletricidade, a par da limitada participação efectiva da população em causa (vítima) em todo o processo de gestão das referidas áreas de riscos e no programa de reassentamento. (ii) outro aspeto prende-se com o fato de não existir a requalificação da forma de uso da terra das áreas evacuadas, acabando a população por continuar a ter o direito de uso e aproveitamento das mesmas. (iii) o risco é percebido, pelos próprios habitantes, no entanto é desvalorizado e aceite passivamente. Pesam para a aceitação passiva do risco fatores como os benefícios da localização

destas áreas, proximidade contribui para que as famílias encontrem meios de subsistência. (iv) observou-se também uma franca recessão, pela incapacidade de investir na identidade cultural da população e na reestruturação dos seus quotidianos e estratégias de sobrevivência. Esta incapacidade reflecte-se agora no empobrecimento de algumas famílias e no sentimento, por parte da população, de viver como hóspede e de os novos bairros não lhe pertencerem. Portanto, tudo indica uma forte probabilidade de garantir uma qualidade de vida nos centros de reassentamento dentro dos parâmetros do decreto 31/2012 de 8 de Agosto e a política de reassentamento definida pelo Banco Mundial.

**Palavras-chaves:** Retorno, população, Reassentamento, risco de inundação

### **Abstract**

This research deals with the Return of the Resettled Population from Safe Zones to Flood Risk Zones: Case of the Administrative Post of Baixo Licungo – Nante, Maganja da Costa, whose central objective is to understand the causes that lead to the return of the population, from the areas safe for flood risk areas. The study is justified by the fact that the topic has sparked worldwide debates around the return of the resettled population from safe areas to areas at risk of flooding regarding the reasons that lead the resettled population to risk areas in real and critical contexts of occurrence of natural phenomena. The research followed a qualitative approach, through a case study, using the inductive method and interview, questionnaire, observation and bibliographic research techniques. In short, the study presented the following conclusions: (i) in most cases the evacuation and resettlement processes are not successful due to the lack of basic conditions in the resettlement sites, lack of infrastructure such as sources of water, electricity, alongside the limited effective participation of the population concerned (victims) in the entire management process of the aforementioned risk areas and in the resettlement program. (ii) another aspect is related to the fact that there is no requalification of the form of land use in the evacuated areas, with the population continuing to have the right to use and benefit from them. (iii) the risk is perceived by the inhabitants themselves, however it is devalued and accepted passively. Factors such as the benefits of the location of these areas contribute to the passive acceptance of risk, the proximity of which helps families find a means of subsistence. (iv) a clear recession was observed, due to the inability to invest in the cultural identity of the population and in the restructuring of their daily lives and survival strategies. This inability is now reflected in the impoverishment of some families and the feeling, on the part of the population, of living as guests and that the new neighborhoods do not belong to them. Therefore, everything indicates a strong probability of guaranteeing a quality of life in resettlement centers within the parameters of decree 31/2012 of August 8 and the resettlement policy defined by the World Bank.

**Keywords:** Return, population, Resettlement, flood risk

### **Notas introdutórias**

No âmbito de gestão e mitigação das calamidades naturais face as mudanças climáticas globais o governo do distrito da Maganja da Costa solicitou uma reunião com os Líderes comunitários, outras personalidades influentes e a comunidade do baixo Licungo- Nante, com o fim único de mobiliza-los a aderirem ao reassentamento. Neste contexto, o Administrador do distrito disse aos presentes, uma vez conhecida a vulnerabilidade das comunidades às cheias de algumas regiões daí que, há necessidade de um trabalho árduo de mobilização da população para se mudar das zonas baixas para as mais seguras (Lorezentti, 2013).

De acordo com Lorezentti (2013), a maior parte da população se instala na zona baixa do distrito da Maganja da costa, ao longo das margens do Rio Licungo a procura de áreas de produção agrícola. No entanto, dadas as situações catastróficas provocadas pelas inundações é pertinente que haja um plano de contingência de modo a garantir a retirada das famílias que se encontram nas zonas de risco com todos os seus bens evitando-se assim situações calamitosas.

Neste contexto, o cenário que se observa por parte do Governo da Zambézia, em particular o do distrito da Maganja da Costa é complicado, visto que a população rejeita deslocar-se para as zonas seguras, alegando estarem habituados e se sentirem cómodos e confortados com tanta produção alimentar que aquelas terras oferecem, diferentemente das zonas onde e reassentada, que pouca fertilidade tem, associado a falta de atenção em várias vertentes, quer por parte da alimentação, bem como a assistência médica, o que não constitui verdade.

Nesta perspetiva, procurou-se desenvolver o presente estudo com o intuito de descrever as concepções da população que retornam das zonas reassentadas para as zonas de risco: caso do Posto Administrativo do Baixo Licungo Nante, no distrito de Maganja da Costa

A Bacia do rio Licungo, com uma área de cerca de 30.000 km<sup>2</sup> localiza-se dentro das fronteiras de Moçambique. As inundações que ali se verificam são causadas por um alto nível de pluviosidade intensa nas terras altas (regiões de Gúruè e Milange) que faz subir o caudal do rio e do seu principal afluente, o rio Lugela. Logo a seguir à confluência, perto de Mocuba, o rio entra nas terras baixas do distrito de Maganja da Costa (Posto Administrativo de Nante).

Devido à grande extensão das planícies de inundação e existência de número limitado de diques, o rio corre pela bacia naturalmente e sem grandes obstru es. Porém, os diques, ao serem construídos junto ao rio como forma de manter as águas fora das zonas favoráveis a agricultura. Na altura de inunda es, a perda da capacidade de reten o das águas fluviais leva a uma subida abrupta dos níveis das águas e   perda eventual de vidas,   destrui o de infra-estruturas e a prejuízos consideráveis, como foi possível testemunhar recentemente em 2013 e 2015 (RELATÓRIO DA EQUIPA HRR, 2015, p.4).

Devido aos crescentes desastres naturais e a permanência das comunidades nas zonas propensas às inunda es na Bacia de Licurgo no Posto Administrativo de Nante, cria uma situa o de insegurança. De acordo com Lorenzetti (2013, p.14), o Governo aprovou em 2012 normas para reassentar as comunidades vivendo nas zonas declaradas de alto risco.

Esta política de reassentamento iniciou em 2000 e faz parte da estratégia do governo para reduzir o impacto de futuros desastres naturais sobre as pessoas e o sector econ mico. Estas medidas têm em vista incentivar a popula o deslocada afectada pelas inunda es para procurar abrigo nos centros de acomodac o durante a emergência e ao invés de retornar para essas zonas, reassentar-se em zonas mais seguras. Neste contexto, por motivos de força maior, foram removidas das zonas de origem aos bairros de reassentamentos.

De acordo com os dados fornecidos pelo INGC (2013), apenas cerca de 40% da popula o deslocada está a viver permanentemente nos bairros de reassentamento identificados pelo Governo. Apontando como motivo, alegada falta de condi es de vida instaladas nos bairros reassentamentos, da  que as famílias têm tendência de regressar para as suas zonas de origem que são propensas as inunda es. Num distrito cuja economia   fortemente dependente da agricultura e 80% da popula o

vive nas zonas rurais e todos os seus meios de vida dependem da agricultura.

Portanto, a existência de residentes com pensamento de regresso às áreas de maior risco coloca desafios específicos para o Governo de Moçambique, em particular o do distrito de Maganja da Costa, visto que, a presença da população nas zonas de risco é incompatível às orientações e planos do governo e, que ano pós ano tende a criar fundos necessários para o apoio de emergência à população assolada, regredindo desta maneira os planos quinquenais do governo. Em alguns casos retardando o desenvolvimento do país em várias vertentes: cria avultados danos de infra-estruturas, bem como de culturas diversas.

A preocupação do governo moçambicano, em particular do distrito de Maganja da Costa, em relação a protecção e atenção à população que retorna as zonas de risco de inundação no Baixo Licungo, Posto Administrativo do Nante, cada dia que passa, colocando nas suas prioridades a produção agrícola e outras actividades de seu interesse, sem olhar o prejuízo do bem-estar dos seus familiares, é maior. Na época chuvosa a população residente é afetada em 100%.

Diante do exposto, a pesquisa prende-se em responder a seguinte questão central: *Quais são as causas que contribuem para o retorno da população reassentada das zonas seguras para as zonas de risco de inundações?*

Tendo em conta o tema, os propósitos da pesquisa, o problema e a perguntas de pesquisa avançada, esta pesquisa tem como objetivo geral: compreender as causas que levam ao retorno da população, das zonas seguras para as zonas de risco de inundações, e especificamente: Identificar as causas do retorno da população das zonas seguras para as zonas de risco de inundações; descrever como as causas se manifestam para o retorno da população as zonas de risco de inundações e propor possíveis soluções para minimizar a problemática em estudo.

Um dos grandes problemas que preocupa os governos do mundo todo, é a mudança climática que tem causado desastres naturais como: as cheias, inundações e ciclones, conseqüentemente destruição de infra-estruturas, culturas agrícolas, povoamentos, vias de acesso, entre outros. A destruição dos povoamentos, tem o seu impacto no deslocamento em massa de pessoas saindo das zonas de risco para as zonas seguras, condicionadas pelas entidades governamentais. Nesse âmbito, emergiu a necessidade de desenvolver esta pesquisa pelo do facto do reconhecimento dos riscos que a população corre nas margens do rio, neste caso, no Baixo Licungo, cujos mesmos trazem enormes preocupações para o atendimento de emergência, por parte do Governo.

A problemática do retorno da população reassentada das zonas seguras para as zonas de risco tem suscitado debates relativos as razões que levam a população a retornar das zonas seguras para as zonas de riscos em contextos reais e críticos de ocorrência dos fenómenos naturais.

A base para ressaltar a justificação da escolha deste tema, fundamentou-se com as visitas de trabalho e estudo exploratório do campo em interacção com a população, realizadas pelos autores da pesquisa. Permitiu de forma preliminar, verificar no povoado de Nomia que se localiza no posto

---

administrativo de Nante, escolhido pelo INGC para albergar um total de 754 famílias evacuadas das zonas de risco. Mas, deste total de agregados familiares, apenas 410 encontraram espaço de acomodação e restantes regressaram a zonas de risco, outras foram acolhidas por familiares, que lhes cederam provisoriamente espaço de acomodação.

Neste âmbito, o estudo prende-se, ao nível teórico, em contribuir para a identificação dos possíveis impactos que advêm desta preocupação do governo, em ver a população a retornar das zonas seguras para as zonas de origem, neste caso, as de risco, zonas de frequentes danos materiais e humanos. Pretende-se, igualmente, contribuir para a consciencialização das comunidades locais e do país em geral, sobre os riscos que as comunidades vivem nas margens dos rios podem sofrer.

Por sua vez, sob ponto de vista prático, o governo local terá um ganho, na medida em que terá subsídios estratégicos para a mobilização das famílias que actualmente se recusam em fixar suas residências nas zonas seguras isto é nos bairros reassentamento.

Para a academia a pesquisa torna-se relevante à medida que abre novos horizontes no campo do saber, ampliando os conhecimentos que poderão servir para consciencializar as comunidades residentes nas zonas de risco de inundação.

## **Revisão da Literatura**

### **Caracterização das inundações em Moçambique**

Em Moçambique, as inundações são caracterizadas por chuvas fluviais intensas e em poucas horas tendem a inundar extensas áreas do país. Nomeadamente, as localidades da região centro e sul. As cheias e inundações impactam maioritariamente a população pobre que vive em habitações precárias em zonas inundáveis. A vulnerabilidade socioeconómica e geográfica das populações e a existência, ou não, de medidas preventivas acabam por determinar a extensão dos impactos das cheias. No caso moçambicano, as inundações assumem frequentemente proporções catastróficas, causando imensa destruição, perdas de propriedades e mortes (Micoa, 2012).

Outra causa que contribui para a ocorrência de inundações diz respeito à atividade humana nas bacias hidrográficas que condicionam de forma intencional a ocorrência de inundações. Todas as obras de aproveitamento hidráulico para fins de abastecimento de público, de produção de electricidade ou para a rega, em que se constrói uma barragem de média/grande dimensão desempenham um papel importante na propagação das cheias e conseqüentes inundações nas áreas receptoras (Rocha,1993).

### **Análise dos impactos causados pelas inundações em Moçambique**

Contudo, Lorenzetti (2013, p.13) aduz que há dois aspectos que devem ser considerados quando se analisa o impacto das inundações sobre as economias e o bem-estar dos agregados

familiares: a) Por um lado, o impacto sobre os meios de vida das famílias. b) Por outro lado, o impacto sobre as suas propriedades. Aqui deve se desagregar a questão em duas categorias:

b1. Agregados familiares vivendo ao longo das margens dos rios, cujas casas tradicionais serão muito provavelmente destruídas ou fortemente danificadas pelo rio.

b2. Agregados familiares vivendo nas terras altas, cujas casas não serão afectadas pelas cheias.

Mafinda (2006), traz algumas experiências de superação dos efeitos negativos das inundações, na sua pesquisa intitulada “estudo do impacto das cheias do ano 2001 nas práticas agrícolas e no meio de sustento das famílias na região do vale do Púngòè” com o intuito de compreender a experiência e capacidades da população na mitigação dos efeitos negativos das inundações provocadas pelas cheias e adopção de estratégias de sobrevivência face ao período crítico.

Matlombe (2019) afirma que os danos causados pelas inundações têm implicações nas atividades sociais e económicas. Neste contexto, para o autor os danos sociais resumem-se em, perdas de vidas humanas, habitações, infra-estruturas sociais (hospitais, escolas e vias de acesso ficam totalmente inundadas e obstruídas) e perturbação no quotidiano dos moradores. Ao passo que, os danos económicos resumem-se em, perda ou interrupção da produção agrícola, desaparecimento do gado, danos físicos aos equipamentos das empresas e fábricas.

### **Percepções sobre o risco de inundações nas comunidades moçambicanas**

Em relação as respostas que as comunidades dão à ocorrência das inundações, que se vão verificando nas comunidades, optou-se por referenciar o estudo de Manjate (2006), realizado na região do vale do rio Limpopo no distrito de Xai-Xai. Este estudo avança que, as pessoas estavam habituadas a viver nessas circunstâncias ou a conviver com risco. Mas as cheias de 2000 serviram de lição para que, as populações tomassem a consciência de que para o melhor uso e aproveitamento das terras do vale do Limpopo era necessário residirem nas terras altas por sinal áreas seguras, embora tivessem de usar conhecimentos tradicionais transmitidas de geração em geração, tudo para se prevenir do impacto das cheias que causam as inundações (Manjate, 2006).

Assim, pode se perceber que a construção e resposta ao risco de cheias que causam inundações, por parte dos afectados, mesmo percebendo da causa natural do risco de inundações, ainda está sujeita às regras e processos socioculturais, e estratégias adoptadas pelos mesmos, em função da sua percepção, os indivíduos constroem e reproduzem, dentro do grupo social um conjunto estruturado de mecanismos que lhes permitem fazer face ao risco de inundações, pois são conhecidos e comuns no seu quotidiano.

## **Políticas públicas, para gestão de desastres naturais em Moçambique**

Moçambique não constitui excepção, pois tem feito esforços para melhorar as respostas a todos os níveis, particularmente na definição de políticas contra os desastres naturais. A título de exemplo, a partir do ano de 2000 Moçambique passou a adoptar uma abordagem proactiva visando reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais, da economia e das infra-estruturas. Em 2006, o país aprovou o Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN) para o período de 2006-2016.

Outro instrumento muito importante que mostra a preocupação do país face à redução de desastres naturais, é a adopção da Lei nº 15/2014 (Lei de gestão das calamidades). O objetivo é estabelecer princípios e mecanismos legais para prevenir e reduzir o risco de desastres e os seus impactos sobre a economia e as comunidades. Ao abrigo do disposto no Artigo 12º da mesma lei, Moçambique elabora anualmente o plano de contingências para mitigação e gestão de desastres que contempla intervenções intersectoriais para uma rápida resposta e recuperação resiliente após desastres (Matlombe, 2019).

Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às mudanças climáticas (ENAMMC 2013-2015) foi elaborado pelo governo de Moçambique, visando identificar áreas chave de actuação para diminuir a gravidade das mudanças climáticas através de acções de adaptação e de riscos climáticos. Cujo objetivo é estabelecer diretrizes de acção para criar resiliência, incluindo a redução de riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde através da sua integração no processo de planificação sectorial e local.

Nesse âmbito de redução de riscos de desastres foi criado ainda o Quadro de indicadores de Redução de Risco de Desastres 2017-2019 que visa monitorar a integração da Gestão dos planos sectoriais e locais, considerando os compromissos do Governo constituídos nas políticas públicas nacionais e em instrumentos internacionais. Este quadro está incorporado no mais recente e importante instrumento, o Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030. Este plano focaliza a incorporação total da redução do Risco de Desastres nos planos de governação a todos os níveis. O principal objetivo foi proteger a população, os seus meios de vida de vida e saúde, e as infra-estruturas públicas e privadas que sejam cada vez mais resilientes aos eventos extremos e aos efeitos das mudanças climáticas e com uma cultura consolidada de prevenção, prontidão, resposta e recuperação (PDRRD, 2017).

### **O papel do INGC na gestão e mitigação de riscos a calamidades naturais em Moçambique**

De acordo com Matusse (2009, p.60) o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) é o organismo que coordena a gestão da aplicação da Política Nacional de Prevenção e Mitigação de Calamidades em Moçambique e é tutelado pelo Ministro da Administração Estatal. Ele organiza-se

em áreas de actividade: (i) Prevenção e mitigação; (ii) Apoio ao desenvolvimento das zonas áridas e semi-áridas (iii) Administração.

No âmbito da descentralização, o INGC se desdobra em representações locais: (iv) Representações Operacionais Regionais; (v) Delegações Provinciais; (vi) Centros Distritais de Recursos e Uso Múltiplo.

Ao nível distrital se encontra um delegado distrital (**Centros de Recursos e de Uso Múltiplo -CERUM's**) que é membro do governo distrital e está na persecução dos interesses da protecção civil ao nível do Distrito, contudo, em muitos Distritos existe também o governo autárquico, que não têm competências sob ponto de vista legal para gerir a matéria de calamidades, o que de alguma forma poderá fragilizar o poder autárquico na persecução destas matérias.

E para responder a desastres provocados por fenómenos naturais, o Conselho de Ministros aprovou, a 14 de Março de 2006, o Plano Director para Prevenção e Mitigação de Calamidades Naturais (PDPMCM), onde podemos encontrar várias linhas estratégicas e o programa de acção com um horizonte de 10 anos.

Um dos aspectos contidos no programa de acção do PDPMCN está relacionado com a necessidade de criação e operacionalização de um Centro Operativo de Emergência, com a capacidade de agir com rapidez e eficiência em casos de ocorrência de calamidades.

É neste contexto que se estabeleceu o Centro Nacional de Operações de Emergência (CENOE), que traduz em acções práticas de prontidão do País para responder a situações de emergência. O CENOE tem a missão de centralizar os esforços de coordenação intersectorial, interinstitucional, de modo a dar resposta rápida, eficiente e eficaz às populações afectadas e necessitadas, bem como salvar bens materiais, racionalizando os meios disponíveis.

### **Declaração de alerta**

De acordo com Matusse (2009) o Governo, em função da dimensão do evento e quando esgotados os recursos alocados ao Plano de Contingência global, os níveis de alertas revestem das seguintes decisões: (i) Política, em que os ministros do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC), sob presidência do Primeiro-ministro podem ser convocados parcial ou totalmente de acordo com a complexidade emergencial. (ii) Técnica, formada pelo Conselho Técnico de Gestão de Calamidades Naturais, o Sistema de Oficiais Permanentes e o Sistema de Pontos Focais coordenados pelo Director do INDC.

Matusse, (op. cit.), afirma que, em função da evolução do evento que pode provocar o desastre ou impacto negativo em qualquer parte do território nacional, ativa-se o CENOE, em consonância com os níveis de alerta institucionais devidamente estabelecidos: Verde; Amarelo; Laranja; Vermelho.

O nível de alerta verde, em bom rigor não constitui nenhuma alerta, pois é um sistema permanente de vigilância e prevenção, onde se realizam atividades de prevenção e planificação.

Quando o nível de alerta amarelo é emitido, significa que há uma potencial emergência a emergir num local, por isso os pontos focais e o Coordenador do CENOE tomam medidas inerentes à resposta do possível evento.

O nível de alerta laranja significa que o desastre é iminente mas existe uma possibilidade da sua reversão, deste modo as medidas são reforçadas em relação ao alerta anterior.

O nível de alerta vermelho significa que o evento necessita de, entre várias medidas, a activação do CENOE e da Unidade Nacional de Proteção Civil (UNAPROC), e, caso necessário, convocar os membros do CCGT – que é competência do primeiro-ministro.

Terminado o nível acima referenciado, o Presidente da República, na qualidade do chefe do Governo, ou por aquele a quem delegar, pode decretar alerta total. Nesta situação o CENOE irá funcionar na sua máxima capacidade, pois a declaração deste alerta significa situação emergencial, não podendo ser gerido apenas com os fundos alocados no Plano de Contingência Global, e, deste modo, a situação requer a intervenção total de membros do CCGC. Em bom rigor este alerta é ativado quando o desastre está em curso e se necessário é acompanhado por um apelo internacional (Matusse, 2009, p.57).

Portanto, o INGC (2009) define para o território moçambicano como atividade básica da fase de prevenção: 1ª atividade: A avaliação da vulnerabilidade do país, no que se refere à identificação do tipo de riscos a que está exposto, incluindo as medidas a tomar para a sua redução. 2ª atividade: Prontidão, integra a educação/preparação da população acerca da natureza dos riscos naturais a que podem estar expostos, como reconhecê-los e que comportamentos adoptar perante o fenómeno. 3ª atividade: Resposta, integra a implementação das medidas desenvolvidas nas fases de prevenção e de prontidão com os serviços de emergência, saúde e serviços sociais. 4ª atividade: recuperação, compreende a reparação ou reconstrução, após o desastre, e inclui a avaliação dos planos de acção, identificação dos pontos positivos e negativos, bem como a revisão dos planos para alcançar maior sucesso aquando da sua implementação no desastre seguinte.

### **Os reassentamentos populacionais como estratégia de gestão do risco de inundações em Moçambique.**

Corrêa et al. (2011) consideram que o reassentamento é relevante e que, fisicamente, significa mudar de localização em relação aos elementos expostos ao perigo, principalmente no que se refere aos assentamentos humanos. Os autores adiantam ainda que o reassentamento pode ser uma medida importante para responder aos impactos de inundações.

Por sua vez Brookings e UNHCR (2015, citado por OMR, 2018) afirmam que a relocação, que implica planeamento prévio, é um processo onde indivíduos são assistidos para iniciarem a

---

transferência das suas áreas de habitação e actividades para novos locais, onde serão reassentados através da construção de novas habitações. Os mesmos autores avançam que este processo é orientado pelo Estado e ocorre dentro das fronteiras nacionais para proteger pessoas de riscos e impactos relacionados com desastres naturais, incluindo os efeitos das alterações climáticas (cheias e inundações).

Corrêa et al. (2011) consideram que o reassentamento em larga escala (ex. comunidades) envolve o restabelecimento planeado de pessoas num novo local, com habitação, serviços e actividades económicas, para permitir que a comunidade se reconstitua ela própria e adquira os níveis adequados de resiliência.

Para Neves (2021), os problemas enfrentados pelas famílias reassentadas em Moçambique resultam do facto de os responsáveis pelos processos não tomarem em consideração os imperativos legais que definem a necessidade de reposição e melhoramento das condições de vida que as famílias possuíam antes de serem removidas.

“A criação das condições de vida mínimas com vista a promoção do bem-estar das famílias removidas é uma exigência legal, protegida juridicamente pela constituição, por via de instrumentos legais. Todavia, a realidade mostra a contínua violação desses instrumentos (Decreto lei 31/2012 de 8 de Agosto)” (Neves, 2021, p.14).

Dados recentes, de acordo com o estudo feito pelo Observatório do Meio Rural, sobre os impactos sociais do reassentamento popular na Catembe, demonstra que este processo teve um impacto social profundamente negativo, na medida em que se observou a deterioração do nível de vida da população reassentada, associada principalmente a ausência de infra-estruturas no local, como é o caso das vias de acessos, transporte público, corrente eléctrica, o acesso a água potável, escolas, mercados, bem como a limitação em termos de atendimento do posto de saúde existente no local (OMR, 2018).

### **Análise dos fatores de insucesso dos programas de reassentamento em Moçambique**

Os reassentamentos com a pretensão de instalar famílias em zonas consideradas seguras contra eventos meteorológicos e climatológicos extremos tiveram muito pouco sucesso, por dois conjuntos principais de razões: a primeira explica-se pela má planificação e organização dos centros de acomodação (também designados de reassentamento) das populações afectadas pelos eventos meteorológicos, hidrológicos e climatológicos extremos.

O segundo conjunto de razões tem a ver com o processo de relocação/reassentamento das famílias em territórios considerados seguros contra os eventos extremos do tempo, porque: i) não eram construídas melhores habitações para as famílias, apenas se procedia (e continua-se a fazê-lo) a distribuição de terrenos; ii) não se forneciam meios alternativos de sustento; iii) as novas

áreas eram pouco produtivas e distantes das áreas onde historicamente as famílias obtinham os seus meios de sustento; iv) poucas foram as vezes que se construíram infra-estruturas sociais; e v) algumas lideranças locais não apoiavam o processo de relocação de famílias (Rebelo, 2020, p.219).

De acordo com OMR (2022), casos de sucesso, no campo da aderência das populações ao programa de reassentamento em Moçambique são decorrentes de investimentos de projectos para actividades económicas em detrimento a situação de desastre natural. Os estudos realizados apontam a permanência das pessoas nos locais de reassentamentos está associada às condições de segurança, possibilidade de ter uma casa melhorada e duradoira, acesso à água potável, à educação e aos serviços básicos de saúde

Para Correa et al. (2011), a relocação da população de um lugar para outro implica perda de terra, casa e meios de sustento, como também ruptura das redes sociais e económicas desenvolvidas pelos indivíduos para a sua sobrevivência. Para além destas alterações, o reassentamento, de acordo com os mesmos autores, leva a mudanças na distribuição da população no território, o que pode ter implicações para a utilização da terra (ex. pressão sobre os recursos naturais). Mas, segundo Osuret (2016), diferentes estudos demonstraram que apesar do reassentamento diminuir a exposição ele pode aumentar a vulnerabilidade social dos grupos etários.

Processo de reassentamento contribui para, transformação social. Os estudos feitos por Cachuaio, sobre o impacto sociais das cheias de 2000 na bacia de Limpopo revelaram situações que afectam as condições de vida duma colectividade. Com destaque transformações do espaço (novas formas de ocupação) com aglomerados organizados por um plano que regula e ordena a sua estrutura, isso não tem deixado a vontade os reassentados (Cachuaio, 2003, p.23).

### **Análise do processo de retorno da população reassentada das zonas seguras para as zonas de risco a inundações em Moçambique.**

Manhique, no seu estudo sobre “Reassentamento e direitos sociais das comunidades locais em Moçambique” traz uma visão abrangente sobre o Plano de Reassentamento Involuntário, concebendo como processo mediante o qual se apoia as pessoas afectadas, com o propósito de restabelecer os níveis de vida prévios aos deslocamentos involuntários gerados pelos eventos catastróficos. E tratando-se de um processo complexo, o mesmo deve ter uma metodologia e procedimentos definidos de forma clara, antes do início das actividades, visando garantir uma nova base produtiva, e ou melhores condições de vida ou, no mínimo, melhores do que as anteriores, no que se refere à habitação, organização social e económica e condições ambientais (Manhique, 2022, p.3).

Por outro lado, situações de reassentamento também ocorrem por causas naturais, como as cheias, inundações, ou secas e outras catástrofes que se tem registado em vários países. Estas causas revelam-se como sendo mais problemáticas pelo facto das populações tenderem a regressar as

zonas das quais tinham saído quando ocorreram as enchentes, estando assim, mais uma vez, sujeitas a serem vítimas dessas calamidades naturais, facto que também ocorre no contexto moçambicano (Silva, 1994).

Negrão & Lopes (1997), salientam que muitos dos casos de reassentamento em Moçambique acontecem compulsivamente, isto é, as populações são obrigadas a retirarem-se dos seus locais de residência em curto prazo de tempo, com poucas oportunidades de se prepararem de modo a enfrentar o processo de transferência de forma mais pacífica possível.

Notice (2015) ressaltam que essa falta de condições de vida está ligada a dificuldade no acesso a água e outros recursos, como a própria terra para o desenvolvimento da actividade agrícola e outras actividades. É precisamente na falta de infra-estruturas e outros recursos que definem os níveis básicos e desejáveis de vida das populações que se relevam os pontos críticos do processo de reassentamento.

Por outro lado, Lihaha (2009) afirma que há regiões em que as pessoas persistem em fixar as casas em zonas de risco de inundações. No estudo, Lihaha mostra que as opções tomadas pelas populações são feitas de acordo com determinados cálculos dos riscos, tomando em conta questões de natureza económica, política, cultural e simbólica, ao invés de resultarem de decisões ligadas a superstição ou atitudes irracionais como muitas vezes os posicionamentos institucionais em Moçambique pretendem fazer crer.

Em relação a resistência ou permanência das populações nas zonas de risco, Notice (2015), ressalta que as comunidades temem a perda dos seus espaços de sociabilidade, bens materiais e das suas práticas simbólicas periódicas e ao se mudarem definitivamente para as zonas consideradas livres de risco, as suas condições socio-económicas se degradam.

Dos estudos feitos percebe-se que as visões e atitudes humanas são sempre divergentes. Enquanto outros percebem do risco e decidem em ficar nas zonas reassentadas outros julgam certo regressar às zonas de origem, mesmo sabendo que correm sérios riscos com as inundações e cheias das próximas épocas chuvosas. Motivados por factores sócio-culturais e económicos.

Neste ponto do estudo, foi possível trazer abordagens sobre os estudos realizados na província da Zambézia. Sobre a percepção do risco de inundação, Canivete (2010), realizou um estudo no distrito de Chinde, na comunidade de Chinssamba. O autor assegura que os conhecimentos sobre o risco de cheias ou inundações, tanto de leigos assim como dos especialistas, são inevitavelmente mediados através de estruturas culturais e sociais do entendimento, e são, portanto, dinâmicos e históricos.

Deste ponto de vista e com base na frequência das inundações sofridas por estas populações Canivete (2010), concluiu que os indivíduos geram os seus próprios conhecimentos relativos ao risco de inundações, sem a ajuda dos políticos e especialistas técnicos de INGD e há uma disponibilidade de convivência com o risco motivada essencialmente pela percepção dos benefícios associados à

---

fertilidade das terras e maior produção.

Em relação aos impactos provocados pelas inundações, os estudos realizados por Lorenzetti (2013, p.13) no distrito de Namacura apontam que as culturas agrícolas que são afectadas por inundações de menor escala, proporciona alguma colheita, enquanto as outras aldeias, ligeiramente mais distantes dos afluentes dos rios, geralmente não são afectadas. Mas durante as cheias de grande magnitude que causam inundações de maior escala geralmente os agricultores perdem todas as suas culturas.

### **Procedimentos Metodológicos**

Em termos de abordagem, socorreu-se a uma pesquisa qualitativa. Segundo Prodanov & Freitas (2013) “é uma pesquisa cujo ambiente natural é fonte directa para colecta de dados, interpretação de fenómenos e atribuição de significados” (p.127). Com efeito, foi preciso auscultar aos sujeitos, seus sentimentos, seus pensamentos, suas crenças, seus ideais e suas acções num contexto natural, por meio das observações e entrevistas, de modo a descreve-los, interpreta-los e atribui-los significados e buscando, comprovar as reais causas da ocorrência do fenómeno em apreço.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva. A pesquisa descritiva, “uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, opiniões, atitudes, crenças, etc.” (Marconi e Lakatos, 1999, p.78)

A pesquisa descritiva ajudou a observar e descrever as condições instaladas nos reassentamentos, descrever o grupo vulnerável, as actividades desenvolvidas pelas pessoas nas zonas reassentadas e perceber porque das preferências as zonas de riscos, visto que, um número reduzido de pessoas tem suas residências fixas nas zonas seguras. Portanto, a pesquisa descritiva enalteceu a explicação referente as razões que fazem com que as pessoas retornem as zonas de risco.

Quanto ao procedimento técnico, recorreu-se à pesquisa-ação, a qual, segundo Gil (2008), “é concebida e realizada em estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (p.56).

Yin (2005) salienta que esta pesquisa “tem como base a coleta de evidências que propiciem a análise e a implementação de acções que possam servir para a melhoria da prática profissional”.

Neste âmbito, de acordo com os objectivos levantados nesta pesquisa, após, a análise dos dados colectados, a pesquisa-acção permitiu elaborar uma proposta de intervenção, com o objectivo de solucionar um problema específico que o Posto Administrativo Baixo Licungo Nante enfrenta.

Neste contexto, ao nível da população reassentada foram entrevistados quarenta (40) membros das famílias que fixaram definitivamente sua morada nas zonas reassentadas e 38 membros

(38) famílias que abandonaram as zonas seguras (os reassentamentos) e regressaram as suas zonas de origem (risco). De igual modo foram entrevistados um (01) representante do Governo – chefe da Localidade e um (1) técnico do INGD representante distrital, totalizando uma amostra de 80 individualidades.

## **ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **Apresentação dos Resultados**

Neste ponto do estudo faz-se a apresentação dos dados colectados, segundo Oliveira (2011) a descrição dos dados pode ter apoio de recursos estatísticos, tabelas e gráficos elaborados no decorrer da tabulação dos dados, assim com quadros que apresentem a síntese da descrição dos resultados, no caso de se utilizar o questionário.

### **Exposição de dados dirigido as famílias afetadas pelas inundações no Baixo Licungo- Nante.**

Na realização do estudo achou-se pertinente auferir a nível das comunidades para avaliar o índice de vulnerabilidade social ao risco de inundação e despromoção das condições de qualidade de vida dos reassentados, objetivando compreender os fatores de motivação de retorno a ocupação das áreas inundáveis e práticas de prevenção e mitigações das inundações no Posto Administrativo do Baixo Licungo-Nante.

Para a caracterização das famílias visitadas e inquiridas foram definidos os seguintes indicadores: sexo, estado civil, nível de escolaridade, a composição etária dos membros familiares e o padrão de vida (as fontes de subsistência da família, o tipo e condição de habitação, acesso a água potável, a energia, fonte de combustível doméstico, condições de saneamento do meio e meios de comunicação e informação). Para efetivação do inquérito foram inquiridos 80 indivíduos, pertencentes as comunidades do Baixo Licungo, nas localidades de Nomiua, Mussaia e Sopa. Em cada uma dessas localidades aplicaram-se 20 inquéritos. Dos 80 inquiridos, 64 % correspondem ao sexo feminino e 36 % do sexo masculino.

Para apresentação dos dados das entrevistas, neste subcapítulo os entrevistados foram codificados de modo a salvaguardar a ética da Pesquisa sobretudo de não identificação dos entrevistados pelo nome de C – Chefe da Localidade, T – Técnico do INGD e INQ – Famílias.

## Relatos das famílias sobre suas Precessões a cerca do risco de Inundações

Conteúdo da conversa	Relato do Inquirido
<i>Motivos de morar nos lugares de risco de inundações.</i>	<p><b>INQ.1</b> “não tenho onde ir,... não tenho condições para ter um terreno na zona segura e construir uma casa”.</p> <p><b>INQ.2</b> “onde nasci e cresci... todos meus familiares, amigos e vizinhos estão aqui, meus pais que morreram estão enterrados bem aqui, e este espaço me pertence e aos meus filhos”.</p> <p><b>INQ.3</b> “aqui consigo praticar agricultura, onde sai comida sem comprar e vender uma parte para dar dinheiro aos meus filhos que estão a estudar”</p>
<i>Causas das inundações</i>	<p><b>INQ.2</b> “as inundações são causadas por chuvas fortes”</p> <p><b>INQ.4.</b> “as induções são provocadas pela enchente do rio”.</p>
<i>Sinal de ocorrência das inundações</i>	<b>INQ.5.</b> “quando o pau-ferro começa a tirar muitas folhas, ficamos a saber que brevemente o rio vai encher e começamos se preparar”
<i>Medidas adoptadas pela população para se prevenir de inundações</i>	<b>INQ.2</b> “para viver e preciso muita ginástica....evitar abate das árvores próximo do rio, entulho de areias a volta da casa, para evitar enchente no quintal e dentro da habitação”.
	<p><b>INQ.5</b> “Para evitar dos acidentes mais graves das inundações, temos invocados, os antepassados para pedir protecção”.</p> <p><b>INQ.4.</b> “ eu refugiei junto com a minha família para as zonas altas e pedimos apoio ao governo, depois das águas diminuírem voltamos,.... Por causa das condições de vida nas zonas seguras que são difíceis.....Passamos mal a fome”.</p>
<i>Acção desenvolvida pela autoridade para reduzir os efeitos da inundaçõo</i>	<p><b>INQ. 3</b> “nunca viu alguma actividade desenvolvida pelo governo do distrito e nem do Chefe da Localidade no aglomerado”</p> <p><b>INQ.4.</b> “tem havido evacuação para as zonas seguras e que são prestados vários apoios como alimentação, lonas para cobertura de casas mas clamam pela insuficiência dessas condições”</p>

Fonte: autores, 2023.

## Relatos dos inquiridos sobre as condições de qualidade de vida nas Zonas de reassentamentos

Conteúdo da conversa	Relato do Inquirido
<i>Tipo de habitação</i>	<p><b>INQ.1</b> “minha casa e feita de blocos de adobe e coberta de capim, não tem chão de cimento, dormimos em lona as vezes em sacos, não temos colchões”.</p> <p><b>INQ.2</b> “cheguei a pouco tempo aqui, e tenho uma pequena cabana de pau a pique e cobri com a lona que me ofereceram aqui, a minha casa não tem porta, nem quarto tudo esta ai mesmo onde durmo”</p> <p><b>INQ.3</b> “eu construi minha casa com tijolos queimados, graças a meu negócio conseguia juntar pouco dinheiro para comprar cimento e área eu que tirava sozinho e pagava os mestres com meu dinheiro do negócio”.</p>

<p><i>Acesso a energia, água, saúde e educação e emprego.</i></p>	<p><b>INQ.2</b> “aqui não temos energia, apenas dependemos de painéis solares, e hospital fica na vila ou dependemos do hospital que esta na sede do Posto e quando ficamos doentes recorremos aos curandeiros que nos dão raízes e descobrem outros problemas familiares”.</p> <p><b>INQ.4.</b> “a água aqui ainda e um problema, apenas temos uma única fonte, o furo aberto na escola, mas a água para outros fins não existem. Uma das melhores coisas foi a construção de uma escola grande onde nossos filhos estão a estudar, mas não chega para todos, porque alguns ainda estudam fora”.</p> <p><b>INQ.6.</b> “não há projectos onde pelo menos possamos conseguir dinheiro, apenas trabalhamos nas machambas de algumas pessoas”.</p>
<p>Terreno para prática da agricultura</p>	<p><b>INQ.4.</b> “o espaços que nos foi atribuído e apenas para construir casas, mas para agricultura não basta, também os solos são pobres não ajudam”.</p> <p><b>INQ.5.</b> “Eu tenho aproveitado a volta do espaço cultivar, milho, mandioca e ramas de batata, mas não e suficiente para alimentar muitos dias. E o resto dos dias passa se mal para conseguir comida”.</p>
<p><i>Segurança alimentar</i></p>	<p><b>INQ.5</b> “recebemos apoio alimentar oferecido pela ADRA, mas apenas no período de emergência, depois ficamos sem nada para comer e temos que a rascar pelas matas procurando frutos silvestres para sobreviver”.</p> <p><b>INQ. 4</b> “Nós fomos esquecidos pelo Governo, não temos nada para comer até eu prefiro voltar onde estava, porque lá tinha tudo para eu viver”.</p>
<p><i>Saneamento do meio</i></p>	<p><b>INQ.2</b> “a maior parte das casas aqui não tem uma latrina, muitos recorrem as matas para satisfazer as suas necessidades”.</p>

Fonte: autores, 2023

## PROCESSO DE REASSENTAMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA REDUZIR A EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO A RISCO DE INUNDAÇÃO.

### Exposição dos resultados da entrevista dirigida ao Chefe da Localidade

Para apresentação dos dados da entrevista, neste subcapítulo os entrevistados foram codificados de modo a salvaguardar a ética da pesquisa, sobretudo de não identificação dos entrevistados pelo nome por exemplo C (Chefe da Localidade) e T (Técnico do INGD).

Questionado, *de que forma foi envolvido no planeamento do processo de reassentamento da população afectada pelas inundações*, obtivemos a seguinte resposta:

**C:** “A questão permitiu aferir que o levantamento de número de reassentados foi o papel que lhe conferiu, bem como sensibilizar a população a se retirar das zonas de risco a procurar abrigos fixos nas zonas seguras para evitar perdas humanas”.

Questionado *sobre a qualidade das condições de vida nos Bairros de reassentamentos e o que deveria ser feito para melhorar as condições nesses centros*. Obtivemos a seguinte resposta:

**C:** “A qualidade das condições de vida é razoável”.

Questionado, *o que considera necessário para ter uma boa qualidade de vida?* Obtivemos a seguinte resposta:

**C:** “É necessário que se garanta a expansão da corrente eléctrica, construção de casas melhoradas, abertura de mais furos de água, construção de latrinas com lajes, sistema de lavanderia, tanques de piscicultura. Construção de mais escolas que leccione outras classes, instalação de um Posto de Saúde e empregos para os jovens. Ainda salientou que é necessário que a população seja produtora para não depender de donativo ou ajuda”.

Questionado, *sobre quais foram os aspectos positivos alcançados durante o processo de reassentamento?* Obtivemos a seguinte resposta:

**C:** “Dos aspectos positivos que serviram de base para as actividades de reassentamento, consta atribuição de talhões e construção de casas, assistência regular em termo de alimentação, água e saneamento, são controlados. Em termos de saúde, quando eclode alguma doença, de imediato são intervencionados pelo governo”.

### **Exposição dos resultados da entrevista dirigida ao Técnico do INGD.**

Questionado, *como que decorre o processo de reassentamento da População afectadas pelas inundações no baixo Licungo?* Obtivemos a seguinte resposta:

**T:** “O processo de acomodação das famílias afectadas pelas inundações obedeceu a determinadas regras, em que era conferida prioridade a pessoas vulneráveis, nomeadamente pessoas idosas, mulheres grávidas, crianças órfãs, pessoas com deficiência, viúvas, por último as restantes famílias”.

Interrogado, *quais são as condições criadas pelos INGC para garantir o reassentamento da população no baixo Licungo?* Obtivemos a seguinte resposta:

**T:** “Primeiro optamos por distribuir tendas de 10,5 metros quadrados, independentemente do número do agregado familiar. Os reassentados recebem ainda insumos agrícolas e embalagens de higiene, bem como se tem prestado assistência regular de alimentos no molde de comida pelo trabalho. Estas famílias têm também instruções para fabricar 7.000 tijolos/blocos para a construção de suas casas. As estruturas administrativas pretendem construir um bairro modelo cujas casas terão a mesma planta. Já foi escolhida uma casa de tipo dois, que deverá ser usada pelos reassentados”.

**O entrevistado T:** Salientou que “As famílias vão apenas fabricar tijolos de argila, que é muito abundante nos Bairros de reassentamentos. A construção das próprias casas vai ter o apoio das autoridades administrativas, que vão fornecer os restantes materiais e custear os serviços dos pedreiros e outros artesãos, o que na prática não se verifica esse apoio prestado pelo governo a muitas famílias”.

Questionado, *se tem existido colaboração com as autoridades locais (Chefe da Localidade/*

---

*líderes comunitários) no processo de reassentamento? E de que forma isso acontece? Obtivemos a seguinte resposta:*

**T:** “sim! Eles ajudam a disseminar informações sobre a saída urgente da população das zonas de risco para as zonas seguras; Identificar os edifícios ou locais seguros; Solicitar a capacitação sobre a gestão dos centros de abrigo em matérias de: condições sanitárias, abastecimento, necessidades básicas, actividades produtivas, recreativas, saúde mental e outras condições básicas; Sensibilizar a comunidade sobre o uso do centro de abrigos temporários e elaborar um regulamento interno sobre o funcionamento dos centros de abrigo e assegurar que a comunidade o conheça. Mas, muita das vezes o resultado do trabalho não tem surtido efeitos desejado. Porque os líderes pensam eles que devem ser remunerados pelo trabalho prestado com bens ou em dinheiro. O que leva muito deles a se afastar dessas funções, deixando a mercê os técnicos”.

*Questionado, como avalia o fenómeno do retorno da população reassentada das zonas seguras para as zonas de risco de inundações? Obtivemos a seguinte resposta:*

“O reassentamento da população foi e continua a ser utilizada como a principal medida de gestão pós-desastres e está prevista na legislação específica de gestão de desastres, mas os relatos de má planificação e organização são vários e a principal consequência é que a população depois de ser reassentada regressa, sem o consentimento das autoridades administrativas locais, à sua zona de origem e, no ano seguinte, as mesmas famílias são novamente resgatadas e evacuadas, repetindo o ciclo. O problema enfrentado está relacionado principalmente a assistência alimentar, pela ADRA nosso parceiro que responde por essa área, só assiste as famílias apenas no momento crítico de emergência e no período inferior a um ano. Portanto, à fome e à falta de condições como hospitais, escolas, energia eléctrica e o emprego são principais motivos que tem levado dezenas de famílias a regressar às suas casas, apesar das tentativas do Governo para evitar que regressem às zonas de risco”.

### **Análise e interpretação de dados**

Nesta etapa, ocorre a análise e interpretação dos dados colectados durante a pesquisa. Oliveira (2011), recomenda que nesta fase o pesquisador deve elaborar a sua análise a partir dos resultados alcançados e com base na revisão bibliográfica. Deve-se chamar a atenção para aspectos novos e interessantes que aparecem. Discutir resultados analisa - lós, confrontando-os com pesquisa anteriores.

A problemática de retorno da população reassentada das zonas seguras para as zonas de risco de inundações está relacionado com a percepção do risco de inundação. Questionados sobre qual é o sinal que lhe indica a possibilidade da ocorrência de inundações, muitos atribuirão ao sinal de ocorrência das inundações “a floração de algumas espécies vegetais como a mangueira e o pau-ferro”.

Cruzando as causas de retorno e a percepção do risco de inundação. Chegou-se a conclusão que o modo de vida, os meios de sobrevivência e a forma como eles constroem socialmente o conceito do risco de inundação têm interferido negativamente nas acções que garantem prevenção e mitigação face aos impactos das inundações. Sobretudo para a fraca aderência da população aos Bairros de reassentamentos, porque estão convicto que podem conviver com risco de inundações.

Quando solicitados para indicar os métodos de prevenção das inundações. **INQ.2** tem optado em “evitar abate das árvores próximo do rio, entulho de areias a volta da casa, para evitar enchente no quintal e dentro da habitação”. **INQ.4**. “refugia-se para as zonas seguras e pedem apoio ao governo”.

Neste contexto pode se entender que as famílias têm a consciência de que as medidas que implementam não surtem grande efeito na mitigação desejada, ou seja, sentem que falta fazer algo para que os efeitos da inundação sejam reduzidos a níveis que possam permitir a permanência e a convivência com o risco de inundação nos aglomerados.

Analisando o reassentamento à luz dos indicadores de qualidade de vida, no Baixo Licungo. Buscamos a terminologia do Banco Mundial, que adverte “o reassentamento deve abranger todas as perdas sociais e económicas resultantes da perda ou restrição ao uso da terra, juntamente com as consequentes medidas de compensação e mitigação” (Banco Mundial, 2000). Ou seja, é o processo que engloba não só o desalojamento e o realojamento das populações, como todas as soluções que permitam a reestruturação destas populações, em termos sociais e económicos.

A população reassentada será a melhor para avaliar se a sua qualidade de vida piorou ou melhorou, pois este índice difere de local para local, de cultura para cultura e mesmo de indivíduo para indivíduo em função daquilo que são as suas próprias prioridades e objectivos de cada um (Pedro, 2011).

Nesta pesquisa, entende-se como a qualidade de vida “o processo da melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas” (Mosca, 2005). Ou a ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil (Condraf, 2013 citado por Neves, 2021).

Cruzando os resultados da entrevista dirigida ao Chefe da Localidade e do Técnico do INGD. O processo de reassentamento decorre de forma deficitária. Apesar da população ser reassentada de forma involuntária ou voluntária, as condições mínimas criadas para acolher a população, estão longe de garantir a qualidade de vida dos reassentados. Isto explica-se pelo facto dos planos de contingência não serem devidamente efectivados tendo em conta as condições que devem ser instaladas nos centros de reassentamentos definidas pelo Banco Mundial e pelo decreto 31/2012, que é instrumento regulador na redução dos riscos a desastres naturais. Por outro lado, pouco envolvimento das autoridades locais tem contribuído para o fracasso dos programas de reassentamento definidos pelo governo a nível distrital.

Unanimemente, afirmaram que a falta de condições nos centros de reassentamentos tem sido a causa principal para o retorno da população as zonas de risco de inundações. Tal como afirma Chachuaio (2003) que essa falta de condições de vida está ligada no acesso a água, terra para o desenvolvimento da actividade agrícola, falta de infra-estruturas socioeconómicas e outros recursos que definem os níveis básicos e desejáveis de vida das populações reassentadas.

Portanto, o reassentamento continuam a ser frequentemente empregue como estratégia para reduzir os riscos de inundações pelas entidades governamentais quer de forma temporária ou definitiva em territórios considerados seguros, isto porque as inundações no meio rural e levam à implementação desses programas de reassentamento. Embora, maior segmentos populacionais desafiam esses parâmetros definidos pelo governo.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa procurou olhar para os reassentados afectados pelas inundações que retornam das zonas seguras para as zonas de risco, através do caso de estudo no Posto Administrativo Baixo Licungo. Tendo procurado compreender as causas que levam ao retorno da população, das zonas seguras para as zonas de risco de inundações, uma vez que, esta já se encontrava reassentada em zonas seguras condicionadas pelo Governo. Especificamente procurou-se identificar as causas do retorno da população das zonas seguras para as zonas de risco de inundações, descrever como as causas se manifestam para o retorno da população as zonas de risco de inundações e propor possíveis soluções para minimizar a problemática em estudo.

Partindo das análises dos dados colhidos no campo, verificou-se que na maioria dos casos os processos de evacuação e reassentamento não são bem-sucedidos, pois registam-se com frequência situações em que as populações regressam às áreas evacuadas, ou voltam a ocupar novamente áreas de ocorrência de inundações. Uma das justificações encontradas para este insucesso é a falta de condições básicas nos locais de reassentamento, faltam infra-estruturas como fontes de água, electricidade, a par da limitada participação efectiva das populações em causa (vítimas) em todo o processo de gestão das referidas áreas de riscos e no programa de reassentamento. Uma outra justificação prende-se com o facto de não existir a requalificação da forma de uso da terra das áreas evacuadas, acabando as populações por continuar a ter o direito de uso e aproveitamento das mesmas.

No que concerne a percepção do risco de inundações nas áreas ocupadas, o risco é percebido, pelos próprios habitantes, no entanto é desvalorizado e aceite passivamente. Pesam para a aceitação passiva do risco factores como os benefícios da localização destas áreas dentro ou nas proximidades do povoado. A proximidade contribui para que as famílias encontrem meios de subsistência como agricultura, pesca, o trabalho por conta de outrem e, portanto, economicamente desvalorizados, o

seu valor de aquisição é acessível à maioria da população de baixo rendimento e que não tem outra alternativa para morar que procura ocupar e fixar aí residência.

Analisados os indicadores escolhidos para avaliar a qualidade de vida, registaram-se progressos nos indicadores relativos a condições básicas, como educação, habitação e condições sanitária nos Bairros de reassentamento definitivo. Em relação aos outros indicadores mais imateriais, observou-se uma franca recessão, pela incapacidade de investir na identidade cultural da população e na reestruturação dos seus quotidianos e estratégias de sobrevivência. Esta incapacidade reflecte-se agora no empobrecimento de algumas famílias e no sentimento, por parte da população, de viver como hóspede e de os novos bairros não lhe pertencerem.

Os dados apresentados nas referências teóricas indicam que, mesmo que tudo seja feito para que o reassentamento se efectue de forma eficiente, não há fórmulas perfeitas e a mudança imposta às populações é sempre tão grande que existe uma forte probabilidade da sua desestruturação, com a destruição das bases sociais, económicas e ambientais da sua sobrevivência, sem que haja melhoria da sua qualidade de vida, contrastando com o decreto 31/2012 de 8 de Agosto e a política de reassentamento definida pelo Banco Mundial. Visto que, o caso de estudo escolhido revela-se que a qualidade de vida da população foi afectada resultando no fracasso do processo de reassentamento, caracterizado pelo retorno da população as zonas de origem (risco).

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. G. M. D. Geografia dos povoamentos: uma análise dos assentamentos humanos rurais e urbanos. Maputo: Livraria Universitária, UEM. . 2002.

CAOMBA, D. P. A. Ocupações informais do solo Urbano em Moçambique: Análise dos factores de motivação e do risco de ocupação das planícies de inundação na Cidade de Lichinga. (Tese). Universidade do Minho-Brasília, 2018.

CHACHUAIO, DEODETE DA C. (2003). Impacto social das ac oes realizadas na sequência das Cheias 2000. (Monografia). Maputo, UEM-UFICS, 2003.

CANIVETE, F. (2010), Convivência e Percep o Social do Risco de Cheias nas Comunidades, Imprensa Universitária, Maputo.

CARDOSO, I. M. B. CABRAL. O papel de um empreendimento privado agrícola no reassentamento de popula o deslocada de guerra: o caso de chibonzane em Moçambique. (Disserta o). Lisboa, UTL, 2009.

CAROCHINHO, J. A. O Conceito de Percep o do Risco: Contributo da Psicologia social, 2011.

CARVALHO, J. E. Metodologia de trabalho Científico. "Saber-fazer" da Investiga o para disserta es e teses. Lisboa, Escolar Editora. Cernea, Michael (2000). Reassentamento Populacional e Desenvolvimento. Finanças & Desenvolvimento, 2009.

CERNEA, M. African Involuntary Population Resettlement in a Global Context. S.I., The world bank: Environment department papers. Chauí, M. (1996), Convite   Filosofia, 8  edi o; Editora  tica; São Paulo, 1997.

CORREA, E., et al. Populations at Risk of Disaster: A Resettlement Guide. The World BANK: GFDRR, 2011 .

Cumba, Augusto David . Análise espacial das Áreas de risco à inundação na Bacia Hidrográfica do Licungo. (monografia). Maputo, UEM, 2016.

DANTAS, et. Al. (2011). Geografia da População. 2 Ed., Natal-RN, Editora da UFRN, 2011.

DEBORA, MARCONI. In: Dicionário online de Português. Acessado no dia 23 de Set. 2022.

INGC. Guião de Formação Básica em Gestão de Risco de Calamidades. Comitês Locais de Gestão de Risco, 2013.

FURTADO, J.R. Gestão de riscos de desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFS, 2012.

FIGUEIREDO, E., et. al. Conviver com o risco. A importância da incorporação da percepção social nos mecanismos de gestão do risco de cheia no concelho de Águeda. 2004.

GERHARDT, T. E., E SILVEIRA, D. T., (2009). Métodos de pesquisa. Brazil, UAB/EFRGS, 2009.

Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo, Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. Métodos e técnicas de investigação social: Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático. UNIVERSIDADE DO MINHO: Instituto de Ciências Sociais, 2004.

GUNTER, V., & KROLL-SMITH, S. Volatile Places: A Sociology of communities and Environmental controversies, 2007.

HRR (2015). Relatório de Missão da autoria da Equipa HRR: (Relatório final). Moçambique, 2015.

HRR. INGC (2015). Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique. 2015.

LANGA, J. V. (2002). Gestão Integrada dos recursos hídricos em Moçambique: Caso da bacia hidrográfica do rio Licungo. (Dissertação) - FLCS, Geografia. Maputo: UEM- Dept. Geografia.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A., (1999). Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A., (2007). Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LIHAHE, D. (2009), Cheias e reassentamento de populações no vale do Zambeze: velhos problemas, novas soluções, Editora Universitária, Maputo, 2009.

LOURENÇO, L. Riscos naturais, antrópicos e mistos. Territorium. Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 14, pp. 109-113, 2007.

LOURENÇO, L. Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização. In A. Siqueira, N. Valencio, M. Siena, & M. A. (Org.), Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos (pp. 3-43). São Paulo: Rima editora, 2015.

LORENZETTI, A. Análise social das comunidades rurais vivendo em zonas propensas aos desastres na província da Zambézia. Relatório Famílias Hospedeiras. Maputo, CRUZ VERMELHA MOÇAMBIQUE, 2013.

MAFINDA, D. A. T, (2006) Estudo do impacto das cheias nas práticas agrícolas e nos meios de sustento das famílias. Maputo, 2006.

MANHIQUE, T.A. A. Reassentamento e direitos sociais das comunidades locais em Moçambique REVES - Revista Relações Sociais, Vol. 05 N. 02 disponível em <https://periodicos.ufv.br/revs> eISSN: 2595-4490, acessado no dia 23 de Set. de 2022.

MANJATE, G. I. Calamidades Naturais: Estratégias para Prevenção, Mitigação e Gestão, Maputo, 2006.

- MATLOMBE, L. F. Participação das Comunidades Vulneráveis na Gestão do Risco de Inundações Caso das comunidades do Baixo Limpopo Moçambique. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2019.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interacções (Campo Grande)*, 3(5), 2016.
- MICOA. Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas, 2013-2025. Novembro de 2012.
- MINAYO, M. C. DE S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, Ministério Público (S/d.). Áreas de riscos: ocupações em planícies de inundação. Estado do Rio Grande do Sul-Brasília, 2007.
- MIRANDA, R. J. P. (2006). Métodos e técnicas de Pesquisa. Lisboa, Editorial Estampa Lda, 2006.
- NEGRÃO, J. C. & J LOPES, L. Impacto do Reassentamento populacional do pós-guerra no acesso as famílias rurais a terra, o caso do Zumbo, 1997.
- OMR. Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. Moçambique, Observatório do Meio Rural, 2022.
- OLIVEIRA, J. Gestão do risco de inundação. Documento de apoio a boas práticas. Disponível em: [http://www.prociv.pt/bk/riscosprev/redriscocatastrofe/documents/gestao de inundações](http://www.prociv.pt/bk/riscosprev/redriscocatastrofe/documents/gestao%20de%20inunda%C3%A7%C3%B5es), 2016. Acessado em Junho de 2022.
- OLIVEIRA, M. F. Metodologia Científica: um manual para a Realização de Pesquisa em Administração. Catalão – Go: Universidade Federal de Goiás, 2011.
- OSURET, J. et al. Coping strategies for landslide and flood disasters: a qualitative study of Mt. Elgon Region, Uganda. v. 8, 2016.
- PEDRO, J.J.C. Reassentamentos Forçados: dos Impactes às Oportunidades. Lisboa, IUL, 2011.
- PRODANOV, C. C., & FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico. 2ed., Novo Hamburgo, 2013.
- NEVES, M, A. Impacto Socioeconómico do Reassentamento Forçado Em Moçambique: o caso da Região de Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo Catembe (2016 - 2020). (monografia). Maputo, UEM, 2021.
- NOTICE, J.; et. al. Rebuscar a problemática do reassentamento das populações vítimas das cheias em Moçambique. XI Encontro nacional da ANPEGE, 2015.
- RAMOS, C. Programa de Hidrogeografia. Linha de Investigação em dinâmica litoral e fluvial. Lisboa: Centro de estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2005.
- REBELO, F. Risco e crise nas inundações rápidas em espaço urbano. Alguns exemplos portugueses analisados a diferentes escalas. *Territorium. Revista portuguesa de riscos, prevenção e segurança*, 4, pp. 29-47, 2003b
- REBELO, M. S. C. Exposição, Vulnerabilidade e Risco aos Perigos Naturais em Moçambique: o caso dos ciclones tropicais no Município de Angoche. (Tese). Lisboa, UNL, 2020.
- SILVA, R. R. B. Programa de reassentamento opções de intervenção do estado. Mestrado em política social e planificação em desenvolvimento dos países. London school of economics and political science, University of London, 1994.
- SILVA, E. L. DA S., & MENESES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ª ed., Florianópolis, 2001.
- SOUZA, L. B., & ZANELLA, M. E. Percepção de Riscos Ambientais: Teorias e Aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SLOVIC, P. Why study risk perception. Disponível em <http://sds.hss.cmu.edu/risk/articles/WhyStudyRiskPercep.pdf>.1987.

SPINK, PETER KEVIN (2012). Ética na pesquisa científica. Brasília, vol.1, nº1 FGV-EAESP Yin, Robert. Estudo do caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WORLD BANK OPERATIONS EVALUATION DEPARTMENT (2000). Involuntary Resettlement The Large Dam Experience.

Dispositivos Legais

MOÇAMBIQUE. Decreto 31/2012 de 8 de Agosto, I Série – Número 32, Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas. 2012.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial No 156/2014 de 19 de Setembro, I Série – Número 76, Aprova a Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento. 2012.

**Recebido em 08 de março de 2024**

**Aceito em 19 de abril de 2024**